

EM CASO DE NÃO UTILIZAÇÃO, DEVOLVA ESTA FOTOCÓPIA A DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação Diário Popular Periodicidade D

Dia 8-10-74 Pág.(s) 5 Tendência política \_\_\_\_\_

A PRIMEIRO-MINISTRO EM PENICHE

DF 8110

**É UMA NECESSIDADE A REVISÃO  
DA ENTREGA DE RESERVAS**

Fundação Cuidar o Futuro

A primeiro-ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo, que visitou anteontem a vila de Peniche, afirmou que todo o processo de entrega de reservas no Alentejo tem de ser revisto, para que a lei seja efectivamente cumprida.

Durante a sua visita àquela vila, falando numa reunião informal, a primeiro-ministro disse que à data da tomada de posse do seu Gabinete, existiam no Ministério da Agricultura muitas dezenas de processos relativos a entregas de reservas, «que foram canceladas por este Governo, por não estarem na devida ordem, e por não estarem conforme a lei».

Afirmando que «a lei tem sido a mesma que a dos governos anteriores», mas que «a forma como a lei é executada tem de ser diferente», Lurdes Pintasilgo revelou que «mais de 50 por cento das reservas que estavam para ser entregues foram sujeitas a um reexame total e estão, por isso, neste momento, suspensas para estudo no Ministério da Agricultura». Acrescentou que «todo o processo da Reforma Agrária, no que diz respeito à entrega de reservas, tal como a lei o estipula, tem de ser revisto para que a lei seja efectivamente cumprida».

Lurdes Pintasilgo sublinhou que «o Governo tem obrigação, como consta de toda a lei relativa à Reforma Agrária, de respeitar a organização cooperativa dos trabalhadores rurais, sempre que essa organização se traduza numa efectiva protecção dos trabalhadores e numa rentabilidade das terras trabalhadas».

Finalmente, a primeiro-ministro declarou que o Governo tem obrigação de respeitar, também, «o direito de propriedade individual e isso, dentro do espírito da lei da Reforma Agrária, tem de nos conduzir a apenas devolver as reservas àqueles proprietários que directamente vão trabalhar a terra». Isto é a letra da lei — salientou.

### ENTREGUES MAIS DUAS RESERVAS NO ALENTEJO

O Ministério da Agricultura e Pescas (M. A. P.) entregou mais duas reservas situadas no distrito de Portalegre.

As entregas, que se efectuaram com a presença de elementos da C. N. R., decorreram sem incidentes.

A primeira reserva, na Herdade da Margem de Cima, e que estava integrada na Unidade Colectiva de Produção «29 de Julho, de Avis, foi entregue a Vitor Mendes Pinto e outros.

A outra, na Herdade da Cunha e Cascota, integrada na U. C. P. «1.º de Maio», igualmente de Avis, foi entregue a Marcelino das Neves.

Em ambos os casos, o Secretariado Distrital de Portalegre das U. C. P. — Cooperativas Agrícolas considera as entregas ilegais.

### F. A. A. A. REPUDIA ACTUAÇÃO DO M. A. I.

ELVAS — A Federação das Associações de Agricultores do Alentejo (F. A. A. A.), reunida na quinta-feira à noite, em Elvas, com a direcção da C. A. P., repudiou «veementemente» a actuação do Ministério da Administração Interna, que «permitiu a morte de trabalhadores agrícolas».

Em comunicado distribuído à imprensa após a reunião, em

que participaram o secretário-geral da C. A. P., José Manuel Casqueiro, e o presidente daquela confederação, J. Queiroga, aquela organização de agricultores considera o incidente de Montemor-o-Novo «lamentável» e afirma que o mesmo nunca se verificou nos anteriores governos de Nobre da Costa e Mota Pinto.

Depois de denunciarem «a incapacidade do actual Governo para solucionar problemas graves, impeditivos do desenvolvimento agrícola, os agricultores alentejanos exigem a publicação dos resultados das autópsias, assim como «a rápida execução de um inquérito aos funestos factos ocorridos».

Os agricultores exigem, igualmente, um inquérito aos atentados bombistas verificados na passada segunda-feira em Évora e Montemor-o-Novo.

Depois de analisarem a actual política agrícola, os participantes na reunião criticaram a actuação do actual gabinete do M. A. P., que «se limitou em entregar 4000 hectares de terras em dois meses, enquanto os anteriores governos de Nobre da Costa e Mota Pinto entregavam 20 mil hectares por mês. — (Anop)

Publicação Cuidar o Futuro